



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 4ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 10 de fevereiro de 2015, com início às quatorze horas e quarenta e um minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o senhor Presidente deu por aberta a sessão e solicitou ao senhor Secretário que efetuasse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Memorando nº 01/2015 CADMA/CMC, informando a composição da Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente para o biênio 2015/2016. Ofício nº 3/2015 CMC, informando a composição da Comissão de Segurança Pública e Trânsito para o biênio 2015/2016. Edital de convocação de audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento para o dia 24/02/2015, às 9:00 horas, para prestação de contas do 3º quadrimestre 2014. Edital de convocação de audiência pública pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto para o dia 11/02/2015, às 9:00 horas para debate do tema “Educação Pública: Crise e perspectivas”. Ofício nº 06/2015 do gabinete do Professor Paulino, comunicando interesse em participar da Frente Parlamentar de Fiscalização Permanente do Sistema Único de Saúde. Ofício CECD nº 02/2015, referente divulgação das datas de reuniões ordinárias da Comissão de Educação. Requerimentos nº 5 ao nº 8. Indicações nº 1133/2014 à 1135/2014 e nº 6/2015, assim como do nº 37/2015 ao nº 70/2015. Emenda nº 1/2015 ao Projeto de lei nº 106/2014. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores: João Paulo, Rui Capelão, Nei H. Haveroth, Luiz Frare, Paulo Porto, Professor Paulino e Pedro Martendal. – Presidente: Finalizada assim, a leitura da matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** – - Presidente: Eu deixo a palavra livre aos senhores vereadores para inclusão ou destaque para a ordem do dia Antes de iniciarmos a deliberação da ordem do dia hoje, gostaria de abrir uma exceção, assinado pelo professor Amâncio Luiz Saldanha dos Anjos, em nome da APP e passo a ler para os senhores: *Excelentíssimo Senhor Presidente, esperando encontrá-lo bem, faço uso dessa pra comunicar a intenção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná – APP, na pessoa do seu representante, Professor Amâncio Luiz Saldanha dos Anjos, em fazer uso da tribuna do povo nos termos do artigo 38 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cascavel na sessão ordinária do dia 10/02/2015, oportuno a ocasião pra que sejam reiterados os votos de estima e consideração. E abro essa sessão pra conceder o uso da palavra ao professor Amâncio em nome da APP pelo prazo de 10 minutos, devido evidentemente à situação única e difícil que a educação no Paraná tem passado nos últimos dias. Acho que o momento da luta é agora, o momento de se fazer algo é agora. Então, como não podemos desperdiçar essa oportunidade, convido o professor Amâncio pra que faça uso da palavra, neste momento. (O Professor Amâncio Luiz Saldanha dos Anjos falou*



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

sobre as medidas tomadas pelo Governo do Estado, em relação aos servidores da área de educação. Ao final agradeceu pelo espaço, tendo o presidente Gugu Bueno também, manifestado agradecimento por sua presença, na oportunidade). **ORDEM DO DIA** – Presidente: Damos início à ordem do dia. Temos a ata da 2ª sessão ordinária, realizada no dia 03/02/2015; em discussão. Em votação; os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Ata aprovada, pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra segunda discussão e votação ao projeto de lei nº 106/2014, que dispõe sobre a regulamentação e apoio ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd, no município de Cascavel, de autoria dos vereadores: Professor Adenilson, Jorge Bocasanta e Fernando Winter; em discussão o projeto. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Questão de ordem. Tem uma emenda do vereador Pedro Martendal; vai ser discutida antes? – Presidente: A emenda na verdade não foi aceita pela mesa diretora, porque foi protocolada depois do prazo. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Rui Capelão: - Vereador Rui Capelão: Ontem já debati esse projeto, tendo em vista a lei do Estado que define as metas a serem atingidas no programa do Proerd, definindo esse programa como um projeto que deverá ser executado e está sendo muito bem executado pela Polícia Militar, onde já recebeu dessa Casa apoio. Fizemos com que o pessoal que trabalha, recebessem moção pelo seu bom desempenho junto ao Proerd; portanto é um projeto do Governo do Estado muito bem desenvolvido pela Polícia Militar, conforme determina a lei. A Polícia Militar é que deve administrar esse programa. O que me traz preocupação no novo projeto apresentado por essa Casa, referente à aplicação do Proerd em Cascavel, verifico que no próprio projeto, no artigo 1º, já fala lá: *ter por objetivo regulamentar*. Ora, esse projeto já vem regulamentado e define no projeto que quem poderá mexer no projeto é a Polícia Militar, portanto são as restrições que tenho trazido a esse projeto, questões fundamentais, que nós de repente, o projeto estadual que está sendo muito bem desenvolvido pela Polícia Militar, estamos criando uma lei e parece que, criando dois gestores. Não dá pra criar dois gestores em cima de um projeto, que está andando muito bem. Como o projeto está andando muito bem, pois tem um gestor que é a Polícia Militar, imagino que esse projeto tem que continuar sendo desenvolvido, conforme a Polícia Militar está desenvolvendo na sua gestão e não o Município passar com o objetivo também, de regulamentação de um projeto que já foi regulamentado no Paraná e é desenvolvido em todo Brasil. Portanto, vejo a boa intenção dos vereadores em buscar melhoria, mas acho que se queremos ajudar na prevenção das drogas, temos que fazer projeto pra ajudar as comunidades de bairros; palestras na comunidade pra pais, filhos, pessoas envolvidas na comunidade. Isso seria um projeto de competência nossa, para podermos mostrar aos pais os riscos que os filhos estão correndo nas ruas, mas fazer uma lei querendo regulamentar um projeto que está sendo muito bem desenvolvido; estamos correndo um risco de ao invés de ajudar, nós atrapalharmos o projeto, principalmente, porque na lei os vereadores transferem despesas pra o município o que entendo que não podemos ficar transferindo despesas do Estado pra o Município. Como policial da reserva da Polícia Militar, que a própria lei do Estado diz que nós



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

policiais inativos também, podem contribuir com projeto; quero me colocar sempre à disposição pra contribuição. Acredito que esse também, seja o pensamento do vereador Nei H. Haveroth, porque temos interesse em defender as comunidades apoiando o projeto original do Proerd e portanto, meu voto contrário ao projeto, que será mantido por esse vereador. Obrigado. – Vereador João Paulo de Lima: Cumprimentar os vereadores que foram autores desse projeto. Dizer que muitas vezes a gente concorda e outras, discorda. Quero dizer que como ontem, já votei favorável ao projeto de lei nº 106/2014, hoje continuarei com a mesma opinião, porque vejo que com certeza o Estado faz sua parte, através do Proerd, da Polícia Militar, mas vale a pena lembrar que somente os recursos que estão sendo beneficiados neste programa... não está sendo contemplado tudo. É necessário que o município de Cascavel possa também contribuir, porque pelo que vejo quem está sendo beneficiada são as crianças da rede pública municipal. Portanto, dizer que quanto mais investimentos nas crianças que estão na sala de aula e que aguardam ansiosas; vejo quando existe esse evento do Proerd no município de Cascavel, quando as crianças estão com os palestrantes, com seus professores, nós vemos a alegria que têm essas crianças de serem educadas de forma diferenciada. Peço voto favorável a esse projeto, pra que possamos colocar em prática no município de Cascavel. Tantos gastos desnecessários feitos nesta cidade, então por que não investir contra as drogas? Esse é meu pedido de voto favorável aos senhores vereadores, pra que possamos deliberar hoje, com a totalidade de votos. Obrigado. – Vereador Fernando Winter: Primeiramente, registrar a presença do Tenente Paulo e também, do soldado Casarotto e que estão na parte de trás, que organizam o programa Proerd. Lamentar profundamente a fala do meu vizinho, Rui Capelão que se o projeto tivesse tanto erro como ele falou, os próprios soldados militares iriam me procurar. Acredito que esse projeto só vai melhorar, só vai pedir contrapartida do município pra reforçar o projeto. Quero pedir àqueles colegas que ontem votaram favoráveis a esse projeto, que é muito importante para o município, que sejam fiéis novamente e votem favoráveis a esse projeto. Também mencionar aqui, a presença do vereador Adenilson, suplente, que também foi um dos autores desse projeto. – Vereador Pedro Martendal: Minha saudação ao Casarotto e no nome dele aos demais militares, que fazem parte do Proerd. Trabalho maravilhoso e que nos ajuda tanto na formação dos nossos jovens. Com todo respeito ao professor Adenilson, vereador que esteve nesta Casa, vereador Jorge Bocasanta e ao Fernando Winter; eu com todo respeito que tenho a eles, mas não posso votar a favor desse projeto. Votei favorável ontem com a condição de apresentar uma emenda, corrigindo a inconstitucionalidade do projeto. Infelizmente, como o tempo é exíguo, a nossa sessão de ontem acabou quase uma hora, não tinha como apresentar até as duas e trinta dentro da regulamentação dessa Casa. Deixo aqui também, registrado que esse horário tem que ser alterado, porque é impossível apresentar emendas dentro desse tempo. Voltando ao projeto, ele não pode prosperar, porque se prosperar vai receber um veto que virá com tantos argumentos que não teremos outra saída a não ser acatar ao veto do prefeito. Dessa maneira peço a compreensão dos autores e do pessoal do Proerd, porque além de já ter legislação estadual a respeito, é um projeto do Governo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

do Estado. Não podemos determinar como está no projeto aqui, que o Policial Militar vai fazer um trabalho, regulamentar. Como vamos regulamentar um trabalho do Governo do Estado? Existe uma flagrante invasão de incompetência. Meu voto será diferente de ontem, ontem votei favorável ao projeto, mas hoje eu com a compreensão dos autores não tem como eu votar favorável. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Após essa grande orientação do nosso advogado, presidente da Comissão de Saúde eu estou pedindo adiamento do projeto por 4 sessões, pra gente corrigir as distorções. Gostaria que colocasse em discussão. – Presidente: Em discussão; o pedido de adiamento do vereador Jorge Bocasanta, adiando a discussão do projeto por 4 sessões; em votação. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Com apenas o voto contrário do vereador Fernando Winter, adiamento aprovado. Portanto, a deliberação do projeto fica adiada por 4 sessões. Em segunda discussão e votação o Projeto de lei nº 138/2014, que autoriza a denominar próprio público municipal com o nome de "Professora Izailda Baranoski Carneiro" e dá outras providências, de autoria dos vereadores: Jorge Bocasanta, Fernando Winter, Vanderlei Augusto da Silva, Ganso Sem limite, Romulo Quintino, Gugu Bueno, Nei H. Haveroth e Luiz Frare; em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Conforme ontem explicado, essa senhora que foi professora, trouxe novo desenvolvimento pra educação de Cascavel, apesar de tantas dificuldades e depois de ter seu principal meio de sobrevivência, que era uma serraria pegar fogo. Peço voto favorável a todos. Muito obrigado. – Presidente: Em segunda votação, o Projeto de Lei nº 138/2014 que autoriza a denominar próprio público municipal com o nome de "Professora Izailda Baranoski Carneiro", e dá outras providências. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores, aprovado em segunda votação o Projeto de lei nº 138/2014. Em única votação e discussão a emenda nº 1 do projeto de resolução nº 11/2014, que modifica a súmula do Projeto de resolução nº 11/2014 de autoria do vereador Gugu Bueno; em discussão. Em votação; a emenda nº 1 do projeto de resolução nº 11/2014 que modifica a súmula do Projeto de resolução nº 11/2014. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Emenda aprovada pela totalidade dos senhores vereadores. Em segunda discussão e votação o Projeto de resolução nº 11/2014, que institui a Frente Parlamentar de Fiscalização Permanente do Sistema Único de Saúde da Câmara Municipal de Cascavel de autoria dos vereadores Gugu Bueno, João Paulo de Lima, Jaime Vasatta, Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro, Luiz Frare, Ganso Sem Limite, Nei H. Haveroth e Danny de Paula; em discussão. Em segunda votação; o Projeto de resolução nº 11/2014 que institui a Frente Parlamentar de Fiscalização Permanente do Sistema Único de Saúde da Câmara Municipal de Cascavel. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Aprovado em segunda votação o Projeto de resolução nº 11/2014, que institui a Frente Parlamentar de Fiscalização Permanente do Sistema Único de Saúde da Câmara Municipal de Cascavel. Em única discussão e votação; a moção 01/2015 que expressa repúdio às mensagens legislativas 01/2015,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

02/2015, apresentadas pelo governador Beto Richa, bem como ao pacote, aprovado na Assembleia Legislativa em dezembro de 2014, de autoria dos vereadores: Ganso Sem Limite, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta, Nei H. Haveroth, Marcos Rios, Paulo Porto, Jorge Bocasanta, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva, Fernando Winter, Robertinho Magalhães e Celso Dal Molin; em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Tudo que é dentro do normal, sempre voto a favor. Quando se faz correções aqui dentro da Câmara de Cascavel eu votei contra, porque tenho minha vida com uma filosofia que: dinheiro não cai da árvore. O problema deste pacote é que o governador tinha, além de aumentar impostos é passar a mão no dinheiro da Paraná Previdência e gastar o dinheiro, porque os 8 bilhões que tem lá, ele vai passar a mão e vai faltar no futuro. Como aqui, vai faltar no futuro, se não corrigirmos e não corrigimos até hoje, o IPMC. O IPMC em 2014 vai tomar 16% do orçamento do município. Em 2040 não estarei aqui. Precisamos defender não o hoje, mas sim a continuidade, que o governo não vá à falência no futuro e, cuidar do dinheiro pra não faltar no futuro, porque 16% vão ser comprometidos com o IPMC do município de Cascavel. O maior problema aqui, não é tirar o quinquênio, isso ele ia pôr de volta. É passar a mão nos 8 bilhões da Previdência e descobrir o futuro dos aposentados do Paraná e, ele vai conseguir. Deu um tiro no escuro, sabendo que a única coisa que ele queria, era passar a mão nos 8 bilhões da Previdência. Não me deixa surpreso ele chegar aqui e dar outra ordem, um novo projeto de lei na Assembleia Legislativa pedindo só os 8 bilhões da Previdência. Ele não pode fazer isso, tem que cortar os cargos de comissão, a roubalheira tanto federal, estadual e municipal. Sou contra o roubo, e a favor de fazer uma administração mais correta; então no futuro talvez não teremos um governante desse tipo. Peço voto aos que não assinaram e a quem quiser assinar junto com a gente, porque o furo vai ser no Paraná Previdência. Era isso. Muito obrigado. – Vereador Paulo Porto: A verdade é que a estratégia do Beto Richa, que neste momento está sendo enfrentado, na Assembleia Legislativa, acabo de ter conhecimento de um discurso duro do nosso ex-presidente Márcio Pacheco defendendo os trabalhadores neste exato momento, já está em debate na Assembleia, com mais de 10000 servidores, discutindo o pacote do Beto Richa. Então, nada mais ritmado do que a aprovação dessa moção por essa Casa. O Beto Richa fez um pacote de maldade, quando na verdade estava interessado no Paraná Previdência, por isso essa fiação do projeto por parte dos deputados da base que dizem: nós aprovamos, desde que mantenham quinquênios e sem tocar no assunto do Paraná Previdência que é o coração desse projeto. Meter a mão em 8 bilhões de reais, fruto da contribuição de servidores e resguardados pra nossa aposentadoria. Vou ler em relação a isso, a manifestação da OAB sobre essa tentativa imoral do governo Beto Richa, de colocar a mão na nossa Previdência: *A OAB vem publicamente manifestar-se de forma absolutamente contrária ao regime de tramitação sumaríssima e incompatível dos temas e ao mérito do projeto 60/2015, do Governo do Estado que provoca radicais alterações orçamentárias, com profundos impactos sobre os direitos adquiridos em razão dos seguintes fundamentos: o projeto é permeado pela diversidade de matérias, muitas delas totalmente desconexas. Vai desde uma simples*



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

campanha para incentivar a população a pedir nota fiscal até a polêmica medida de desvirtuar todos os fundos públicos existentes, acabando com a destinação específica dos valores que os compõem. O Paraná Previdência foi criado para desonerar o Estado do encargo de pagamento de proventos e de pensões. Um dos poucos, senão o único projeto de real planejamento de longo prazo, que já existiu no Paraná. A fusão dos fundos previdenciário e financeiro, praticamente retira o sentido da existência da entidade, e, no futuro, corremos o risco de voltar à situação anterior a 1998, quando sabia-se do esgotamento do modelo de contribuição e partiu-se para o modelo de capitalização. O desequilíbrio das finanças do Estado não pode ser equacionado com uma oneração excessiva à população e aos funcionários públicos, especialmente logo após a aprovação do aumento de impostos e a concessão de inúmeros subsídios e auxílios a categorias mais privilegiadas do setor público, inclusive do judiciário. Nesse cenário, espera-se que os deputados estaduais, fiéis à representação popular e ao dever de independência, como pressuposto do exercício legítimo do Poder Legislativo, atentos à relevância da matéria e à contrariedade ao interesse público que as alterações causarão, rejeitem o projeto de lei em exame.” Direção da OAB, 10/02/2015.

Ou seja, esse é o debate. Neste momento os deputados da base estão conversando a possibilidade de aprovarem apenas parte do projeto, jogando migalhas aos servidores. Caso que não são migalhas, nossos direitos, não são migalhas; mas se tornam quase que periferia frente ao assalto que esse governo deseja fazer aos fundos previdenciários. São 8 bilhões pra poder pagar contas feitas de maneira incompetente nestes 4 anos de gestão do PSDB, no Estado do Paraná. Tentando tornar o Paraná terra arrasada que já é São Paulo. Fica nossa solidariedade a essa luta e o nosso desejo de que os deputados honrem o compromisso com o povo paranaense e barrem na íntegra e não de forma fatiada, esse projeto e não caiam na armadilha do bode na sala. Segundo o placar na Assembleia, temos 19 deputados com os trabalhadores. Vamos falar da nossa terrinha: temos 5 deputados que representam Cascavel e ao lado dos trabalhadores, segundo o placar em frente a Assembleia de maneira integral: Márcio Pacheco e Lemos. Os que ainda têm dúvida, necessitam ser tensionados e aparentemente estão fazendo o jogo do Governo: André Bueno, Paranhos e Adelino. Aguardemos o final da votação, pra ver se esses 3 farão o jogo do Governo ou vão honrar o compromisso que eles têm com os trabalhadores do Paraná. É isso que essa moção deseja, que essa Câmara deseja e, que esperamos dos nossos representantes.

– Vereador Rui Capelão: Quero me aliar ao pronunciamento do vereador Paulo Porto e quero dizer que nossa preocupação tem que ser maior. Há poucos dias a Presidente da República cortou cerca de 8 bilhões da educação, mas na campanha ela tinha prometido que seria a Pátria educadora e minha grande preocupação é que isso além de estar respingando nos nossos professores, que venha respingar no Fundep e nos municípios, na falta de dinheiro pra obras, a valorização dos professores; então temos muitos caminhos para andar. Espero que não sejam prejudicados, como os professores do Estado já estão sendo prejudicados. Acredito que isso possa respingar no nosso Município e termos problema sério. Daqui uns dias, o prefeito está berrando que não veio dinheiro e vamos culpar, o prefeito? Temos que ter uma certa visão crítica, porque



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

temos que dar um jeito de buscar o dinheiro. O Estado vai ter que se virar pra cumprir o que prometeu durante a campanha, tem que atender a necessidade dos professores e não tirar o que é de direito, assim como a União vai ter que cumprir aquilo que prometeu na campanha e repassar aos Municípios o que é necessário pra que não tenhamos a falta de obras necessárias e todo investimento em cima da educação. Há pouco tempo, estávamos trabalhando em fazer um Colégio Agrícola, em Cascavel, uma das desculpas do palácio do governo é de que não existe verba, pra se fazer um Colégio Agrícola em Cascavel, o dinheiro está muito curto. Estamos sentindo isso, desde o ano passado que está ocorrendo essa falta de recursos pra atender a educação. Temos que trabalhar em cima de nossos deputados federais, que estão lá em cima pra trabalhar pela educação, pelos Estados e Municípios aonde eles vêm procurar votos. Obrigado. – Presidente: Em votação a moção 01/2015, que expressa repúdio às mensagens legislativas 01/2015, 02/2015 apresentadas pelo governador Beto Richa, bem como ao pacote aprovado na Assembleia Legislativa em dezembro de 2014. Senhor primeiro secretário, proceda votação nominal por favor. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Celso Dal Molin, Ganso Sem Limite, Paulo Porto, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Nei H. Haveroth, Rui Capelão, Marcos Rios, Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo, Romulo Quintino, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Walmir Severgnini e Vanderlei Augusto da Silva) (Foram contrários os vereadores: Luiz Frare e Pedro Martendal) – Secretário: Com 18 votos favoráveis e 2 contrários, moção 01/2015 aprovada. Com 18 votos favoráveis e 2 contrários, moção 01/2015 que expressa repúdio às mensagens legislativas 01/2015, 02/2015 apresentadas pelo governador Beto Richa, bem como ao pacote aprovado na Assembleia Legislativa, em dezembro de 2014; aprovada. – Presidente: Passamos agora, em única discussão e votação a moção nº 2/2015 que expressa apoio a greve dos professores da rede estadual de ensino de autoria dos vereadores: Robertinho Magalhães, Walmir Severgnini, Nei H. Haveroth, Pedro Martendal, Jaime Vasatta, Marcos Rios, Rômulo Quintino, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Professor Paulino, Vanderlei Augusto da Silva e Paulo Porto; em discussão a moção. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Romulo Quintino e na sequência vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Romulo Quintino: Vivemos no Estado do Paraná como um todo um momento de grande instabilidade, uma instabilidade que não é apenas por parte da educação. Claro que principalmente sensibilizado pela causa da educação é que o Paraná vive, momento de instabilidade muito grande; talvez nunca visto. Estamos prestes à deflagração de greve de outros segmentos como: saúde, sistema penitenciário, mas esse momento de instabilidade pra dizer que ele acabou nos envolvendo como um todo, como cidadãos do Estado do Paraná. Vereador Jorge Bocasanta, lhe ouvia e pensando comigo o quanto essa matéria toca a vida de todo os paranaenses de maneira indistinta. E falamos neste momento, especificamente na questão da educação e, fazendo uma força de memória comecei a lembrar pelo menos dos mais recentes governadores do Paraná e qual a lembrança que eles deixaram na história moderna do nosso Estado. Se falarmos de 1988, o ano que não terminou, os professores reivindicam, brigam, e têm na lembrança as dificuldades com relação ao



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que ficou carimbado no então, governador Álvaro Dias, pela recepção brutal que os professores tiveram. Se nós formos falar do ano de 1995, vamos lembrar do governo Jaime Lerner, lembraremos da Universidade dos professores em Faxinal do Céu e quantas vezes vimos caravanas saindo de nossa cidade pra ir pra lá estudar, pra quê? Pra se preparar, pra estar mais experimentada, com experiência ainda maior, verdade que aquele modelo tinha seus defeitos, problemas, mas também tinha um grande esforço por parte do governo pra qualificar o trabalhador da educação no Paraná. Chegando no Roberto Requião, nós tivemos o PDE e neste governo muitos professores tiveram a oportunidade de ter um avanço significativo na sua carreira e falo hoje aqui, vereadores da base governista, da oposição, que trabalharam para o governador Beto Richa, Requião, Gleisi e assim por diante. Não falo neste momento dentro de uma perspectiva partidária, mas dentro de uma perspectiva de fato, de uma preocupação com a educação no Estado do Paraná. O PDE foi um avanço nunca visto, no Estado do Paraná e ele qualificou os professores a chegarem num grau de incentivo... O PDE colocou os professores em outro nível de perspectiva, de salário, de educação, porque os professores realmente que fizeram o PDE alcançaram um grau parecido com o de mestrado, porque desenvolveram teses específicas do meio educacional. Temos o Álvaro Dias como uma marca, o Jaime Lerner com outra, o governador Roberto Requião com outra e me preocupa a marca que chegamos com o governador Beto Richa. Esse discurso não é partidário, porque fazemos parte de um grupo de vereadores que foram pra rua, em outubro passado, pedir voto pra o governador Beto Richa. E quero ao mesmo tempo, convidá-los votar favoravelmente nesta moção, porque nosso papel de apoiarmos, de pedir voto, de ser base de governo não pode ser apenas pra dizer sim a tudo que acontece. E essa Casa já mostrou isso quando tivemos que nos posicionar sobre o aumento do IPTU e os vereadores votaram contrários ao aumento do IPTU. Fico preocupado então, qual a marca que nosso governador Beto Richa irá deixar. Acredito que uma rede de comunicação, que o nosso governador está sofrendo influência muito negativa, talvez por parte do importado secretário da fazenda que veio ao Paraná, fazer uma revolução negativa nas contas do Paraná, porque lembro do meu governador indo falar no programa eleitoral, que sua prioridade era a educação no Estado do Paraná. Não posso atribuir outra coisa senão ao secretário da fazenda, Mauro Ricardo Costa, com extenso trabalho nas carreiras do PSDB 1999 quando o José Serra foi presidente da Funasa, em 2002 foi trabalhar com o tucano Aécio Neves como presidente da Copasa, em 2005 foi trabalhar com o também prefeito de São Paulo, em 2011 continuou com o Kassab como secretário de finanças em seguida foi pra Salvador trabalhar como secretário de finanças, e em janeiro desembarcou no Paraná. Acredito no governador que elegemos em 2014, acredito no governador que o povo do Paraná elegeu em primeiro turno, por fazer um trabalho magnífico no Estado do Paraná, em muitos aspectos e muitas falhas também, porque o governo não é perfeito; mas acredito que o professor não pode pagar essa conta. Tenho dito que o professor tem que ser apoiado, incentivado e não diminuído. Quero pedir aos senhores vereadores voto favorável a essa moção, que será enviada a Curitiba. Os vereadores dessa Casa têm a representação legítima da comunidade



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

cascavelense e tenho certeza que a comunidade de Cascavel está a favor do professor do Paraná, dos que cuidam do futuro de nossas crianças e como temos hoje aqui, a satisfação de ter um professor, que foi professor do presidente da Câmara e do vereador João Paulo de Lima e com certeza, tem alguma contribuição pra formar cidadãos que estão aqui, hoje. Essa causa que está colocada em discussão não é política, é uma causa acima da política que é a causa da educação, da defesa da política educacional, da política pública, da defesa do direito conquistado pelo professor. Temos nosso deputado em Curitiba e esse grupo de vereadores formado por mim, vereador Nei H. Haveroth, Cláudio Gaiteiro eu como presidente municipal do partido, temos falado diariamente com nosso deputado. E ele tem sua forma de trabalhar, mas sabe qual nosso posicionamento e respeita. O deputado Adelino vai votar amanhã e quero ter fé e certeza de que votará junto com os professores do Paraná. – Vereador Professor Paulino: Falando sobre esse pacote, primeiro agradecendo o Projeto anteriormente aprovado, muito obrigado. E dizer que, na verdade quando se trata da greve do servidor público, falando de forma especial da educação, que é minha categoria, não estamos só pra defender o trabalho, o emprego do professor, mas acima de tudo a qualidade do serviço público, que é evidentemente pra aquele que mais precisa que é o filho dos trabalhadores que ocupam a escola pública. Reportando aqui, à fala do vereador Romulo Quintino, cada governador, prefeito, deixa sua marca. Nós trabalhadores da educação, temos uma longa construção, tivemos nos anos 80, lutas que conquistamos ainda no governo do pai do Beto Richa, o Zé Richa, com greve conquistamos; aí chegou o Álvaro Dias e detonou a educação. Depois os anos 90 que foram os mais difíceis e, que careceu até greve de fome, professor Lemos que hoje é nosso deputado pra poder defender esse plano que estamos defendendo hoje. Lá na época o Jaime Lerner colou o seguinte, governo do PSDB, ele intitulou Pladep que nada mais é do que: acabar com o plano de cargos, carreiras e salários dos funcionários. Não sei por que eles têm tanto pavor do plano de carreira. Nós conseguimos reconstruir um plano de carreira, mas temos pontos pra avançar. Temos o PDE que é o professor voltando pra universidade, construindo novos conceitos da educação, muito importante. Agora, estamos perdendo isso. Agora pouco, o vereador Paulo Porto leu a mensagem da OAB, eles estão dizendo que é inconstitucional o que o governo está fazendo, o que o governo está fazendo hoje, a OAB amanhã, estará entrando com ação de inconstitucionalidade; está assinado pela OAB. Aprovado esse pacotão que é meter a mão nos nossos 8 bilhões da previdência pública, que é o dinheiro que cada funcionário público desse Estado está depositando, pra um dia poder ter uma aposentadoria. Isso é crime. A OAB amanhã estará representando contra esse governo. E os deputados, que estão votando hoje, espero que não votem. Aqui, quero agradecer aos colegas que estão aprovando essa moção. Muito obrigado! – Vereador Nei H. Haveroth: Importante dizer que, um mandato de governador, prefeito, presidente, quando ele se elege não lhe dá o direito de tomar decisões que sejam totalmente comprometedoras, principalmente com uma categoria injustiçada neste momento que nós que apoiamos ou os cidadãos que votaram neste mandato não se erguerão e não buscarão uma transparência do que está acontecendo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

no nosso Estado. Merecemos enquanto cidadãos, enquanto representantes do povo, uma transparência maior do que acontece na administração pública seja federal, municipal, porque ouvi hoje na imprensa o secretário da fazenda dizendo que o governo do Estado gasta 91% com a folha de pagamento. Alguma coisa não bate, não é possível que se isso estava acontecendo o governo tinha que ter colocado a pratos limpos pra população ter conhecimento disso, ou alguém está colocando as coisas de forma errada. Também temos que ter cuidado, porque a economia mundial vai mal. A situação do Estado hoje está estagnada também; o governo federal está com problema e eu queria até saber da sociedade dos sonhos, que acredito. Se tivéssemos uma seca que não produzíssemos nada, por um ano no Paraná? Se os recursos não viessem do caixa dos poderes públicos, como se comportaria a nossa população? Principalmente, porque nos últimos 20 anos, vivemos uma estabilidade e momentos de fartura. Seria o momento de termos uma reflexão a respeito disso: se nós estamos preparados pra ajudar o Estado a se reerguer, o município, a nação, que queremos preparar pra nossos filhos. Ouvi na imprensa hoje, dizer por que os políticos não renegam seu salário durante um ano e repassa pra os professores? Também gostaria de saber se os professores abririam mão de receber o salário durante um ano em benefício da população. Tudo isso a gente questiona, mas não concordo com a forma que o governo está colocando a situação. Também não concordo com quem foi oposição do governo chegar e antecipar o seu voto e subir no palanque e dizer: eu já tenho meu voto decidido. Recebemos inúmeras ligações ontem a respeito do posicionamento do nosso deputado, já dizendo que ele tinha se manifestado contrário e também, não concordo com esse tipo de coisa. Essa moção tem meu apoio e muitas reflexões deverão ser colocadas a respeito, do que nos espera pra o futuro da sociedade que temos. Muitas marcas alguns governos deixaram, também como o abaixo acaba; polícia, cacete e rua pra quem se manifestassem e, outras marcas existem que não podemos esquecer. Será que o Estado está preparado pra contratar tantos funcionários até mesmo por concurso? Se não está, o governo tem que chamar a população, ser transparente e dizer: Não temos condições, mas às claras e não da forma que está sendo feita; tentando através da lei tirar direito adquirido de funcionários e colocar em risco o próprio governo. Obrigado. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Na verdade hoje é um dia que vai ficar na história do nosso Estado, a exemplo do 30 de agosto poderemos ter o 10 de fevereiro. Dois momentos diferentes, cada governo deixa suas marcas: o Álvaro Dias, o Jaime Lerner, vamos lembrar da greve tão prolongada da Unioeste que demorou tantos meses pra terminar e nós lembramos disso e que prejudicou tanta gente neste Estado. Dalcione Saliba, secretária de estado da educação que também, foi importada pra o nosso Estado naquele momento e que precarizou a educação na década de 90 e hoje neste governo do meu partido que ajudei, que nós apoiamos, apoiamos, porque o governo Beto Richa apresentava uma proposta pra o Estado do Paraná, mas o sonho se transformou em desespero, porque ele trouxe pra cá o secretário de estado da fazenda que quer vender vitamina com gosto de veneno. Nós não podemos precarizar o serviço público como está sendo precarizado e sabemos de conversa de bastidor, que a próxima situação vai atingir a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

gloriosa: militar, bombeiros, a segurança, isso é preocupante. Eu me manifesto sempre a favor dos servidores, mas com coerência, porque sabemos que todo governo tem sua responsabilidade no que vai fazer, mas chegou ao limite. Antes da eleição do nosso governador Beto Richa, estava tudo bem, tudo certo, era um Paraná que ia pra frente, fazia e acontecia; passada a eleição a coisa mudou e tomou rumo diferente do que prevíamos. Quero lamentar a forma como as coisas vêm sendo conduzidas, esse governador fez um concurso, um dos mais difíceis da história do Estado; só que agora ele convocou, desconvocou e isso é irresponsabilidade. Um governo que tem responsabilidade não convoca o servidor e, desconvoca. Houve convocação, houve uma desconvocação e depois houve nomeação, houve desnomeação. Quem passa no concurso tem que ser respeitado, criou-se a expectativa da posse do concurso, aumentou-se o número de alunos por turma. Nenhum servidor quer fazer greve, os professores não queriam estar na rua, lutando neste momento e agora soma aos do Detran, agentes penitenciários, da saúde, das universidades; isso é ruim pra nosso Estado que é rico, arrecada muito, mas se chegou ao limite. O servidor tem que parar o trabalho e ir pra rua, é ruim fazer greve, mas os trabalhadores chegaram ao limite e fico preocupado com o futuro da aposentadoria desses servidores, porque hoje está sendo exterminado o Paraná Previdência do Estado do Paraná. Foram décadas de construção e hoje está sendo enterrado o Paraná Previdência e o que é lamentável pra nossos trabalhadores, por isso, enquanto professor, estou ao lado dessa categoria e também, dos demais trabalhadores e o governo tem que discutir com a sociedade. Tem problemas? Tem que serem chamados os segmentos antes que as coisas aconteçam, no afogadilho... E nós vamos ver muito mais daqui pra frente. Nós vamos aguardar a situação da segurança, porque ela é outro regime. Vêm aí novas situações e nós vamos discutir neste Plenário, as situações que devem acontecer nos próximos meses. Um secretário que vem de outro Estado parece que conhece mais do que nós que vivemos aqui há muito tempo e do próprio governador do Estado. Prefiro acreditar que as coisas podem melhorar, mas estou de luto também, pela forma que está sendo conduzido o Estado e espero que termine logo. Obrigado. – Presidente: Em votação a moção nº 2/2015 que expressa apoio à greve dos professores da rede estadual de ensino, de autoria dos vereadores: Robertinho Magalhães, Walmir Severgnini, Nei H. Haveroth, Pedro Martendal, Jaime Vasatta, Marcos Rios, Romulo Quintino, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Professor Paulino, Vanderlei Augusto da Silva e Paulo Porto. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Moção aprovada pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra deliberação dos requerimentos. Temos o requerimento nº 5 de autoria do vereador Romulo Quintino, que requer informações do poder executivo do município de Cascavel, na forma que especifica. O requerimento nº 6 de autoria do vereador João Paulo de Lima, que requer informações ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS acerca de diversas reclamações do atendimento na agência de Cascavel, na forma que especifica. O requerimento nº 8 de autoria do Vereador Paulo Porto, que requer informações ao município acerca da empresa loane Ind. de Maravalha Ltda e do incêndio ocorrido no depósito localizado na Rua Amoldo Estrela nº 297, em



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

11/09/2014. Consulto se há consenso nos requerimentos. Havendo consenso, declaro aprovados os requerimentos 05, 06 e 08. Finda que está a matéria da ordem do dia.

GRANDE EXPEDIENTE: - Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público, sendo inscritos os vereadores: João Paulo, Rui Capelão, Nei H. Haveroth, Luiz Frare, Paulo Porto, Professor Paulino e Pedro Martendal. Com a palavra vereador João Paulo de Lima. – vereador Jorge Bocasanta: Senhor presidente, tenho um compromisso, vou fazer visita nos postos de saúde. – Presidente: Licença autorizada, vereador. - Vereador João Paulo de Lima: Retorno a essa tribuna pra falar do requerimento nº 6 de minha autoria, sobre informações ao INSS. Dizer que muitas vezes há questionamentos, porque o INSS é um órgão do governo federal e porque o município de Cascavel, a Câmara de Vereadores, nós estamos expondo isso? Quero dizer que pela quantidade de reclamações que chegou a nossa assessoria, resolvemos solicitar algumas informações sobre a quantidade de servidores, se é suficiente na demanda da agência: quantos peritos a agência possui e quem são eles? Qual a carga horária dos peritos? Caso haja dados neste sentido, quais números referentes a negativas administradas nas concessões de benefícios e posteriores, concessões judiciais? Explico o porquê desse pedido: muitas vezes o cidadão não consegue o benefício através do INSS, entra com perícia particular e consegue o benefício. Estou perguntando sobre os atendentes: se são efetivos ou não e como é a questão do treinamento a esses atendentes. Falo isso, porque presenciei eu mesmo, fui chamado por algumas pessoas e fiquei no INSS aguardando o atendimento de uma senhora. Não podemos generalizar todos os peritos, colaboradores desse órgão, mas dizer que na verdade nossa sensibilização é pela forma que atende as pessoas. Muitos são atendidos de portas abertas, deixados em constrangimento. Outros não terão benefício, mas não é porque não terão benefício, não é por isso que não poderão ser atendidos com dignidade e que possam ser falados aqui que: “olha, fulano, eu não consigo repassar esse benefício porque você não se enquadra neste domínio, mas você pode passar por outras perícias.” Mas a forma como estão sendo tratadas essas pessoas, nós, como também fazemos parte da Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão da Saúde, acho que é importante essa fiscalização a esse pedido. Tenho certeza que a agência vai contribuir com essas informações até porque se não contribuir estarei denunciando ao MPF que é o Ministério Público Federal; afinal de contas é pra isso que servem nossos Ministérios Públicos, pra quando temos denúncias possamos levá-las pra que tomem conhecimento público. Dizer também que, nos próximos dias, eu e o vereador Jaime Vasatta, estaremos protocolando nesta Casa e ajudando as pessoas da 3ª idade. A Cettrans hoje cobra pra que um passageiro entre num ônibus convencional ou metropolitano, cobra-se o valor da taxa de embarque, um absurdo com essas pessoas que já são aposentadas, ter que pagar, que fosse um real. Então, neste sentido, vamos protocolar nesta Casa essa lei pedindo o cancelamento desse pagamento da taxa de embarque. Afinal se o aposentado já tem autorização de viajar sem pagar a passagem, por que tem que pagar taxa de embarque? Não adianta me dizer também, o pessoal da Cettrans que é inconstitucional, porque vamos procurar o direito do idoso. Estamos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

atentos e a Comissão de Direito do Consumidor vai incomodar muita gente, nesta cidade. Pode ter certeza que nos próximos dias, traremos mais novidades juntamente com o vereador Celso Dal Molin. – Vereador Paulo Porto: Dado o adiantado da hora gostaria de abrir mão da palavra. – Presidente: Tiramos da lista o vereador Paulo Porto e passamos a palavra ao vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Venho me dirigir a essa tribuna, pra dizer que o TRT definiu um reajuste aos salários do transporte público de Cascavel. Considera que a greve não é abusiva, a greve dos trabalhadores do transporte público, então a sessão especializada no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná decidiu pela não abusividade da greve no transporte coletivo de Cascavel e fixou nesta segunda-feira, o percentual do reajuste para as categorias de motoristas e cobradores. Os desembargadores determinaram que as empresas concedam reajuste de 7,33% sobre os salários de dezembro de 2013, o que corresponde a 100% do INPC mais 1% de aumento real. Com o reajuste, o piso salarial dos motoristas passa pra R\$ 1.854,66, o que equivale a R\$ 61,62 por dia; para os cobradores fica em R\$ 1.103,88 o que corresponde a R\$ 36,79 por dia. Os magistrados também, decidiram sobre o vale alimentação que deverá ser pago no valor de R\$ 175,50. O benefício que será concedido até o 5º dia útil do mês subsequente, será distribuído a todos os trabalhadores, exceto aos aprendizes. A decisão teve como relator o desembargador Aramis de Souza Silveira, que irá redigir o acórdão. É importante lembrar que, essa batalha que se arrasta há 2 anos, a questão dos micrões. Já está fora de uso o micrão, o TST ainda vai decidir sobre isso aí, caso não haja entendimento entre empresas e sindicato. Se não houver, vai ser decidida pelo TST essa questão. Irão procurar com certeza a forma mais viável de se resolver, que seria por aqui, mas sabe o sindicato que os defensores da lei, que aplicam a lei, já deram ganho de causa para os motoristas. Sabemos também que, o salário que irão receber não é aquele salário, certamente os motoristas e cobradores precisariam de um salário muito melhor pela atividade que exercem dentro da comunidade. Lamentavelmente, no Brasil é assim, é lastimável que não tem salários melhores, mas é a força do patrão neste Brasil em cima dos trabalhadores, que infelizmente ocorre. Sabemos que hoje no Brasil, tudo que se pode fazer pra tirar do trabalhador se faz, mas pra tirar dos grandes banqueiros, empresários, não se faz nada. Obrigado. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Na verdade, não me inscrevi no grande expediente, mas queira fazer um registro. Na próxima quinta-feira, será um dia de paralisação nacional dos Conselhos Tutelares de todo país, devido a morte de 3 colegas, ocorrido na última sexta-feira e no exercício de suas funções, na cidade de Poções, no Pernambuco. Todo país estará paralisado na próxima quinta-feira e todas as sedes de Conselho estarão com tarja preta, em forma de luto e também na forma de luta por melhores condições de trabalho em todo país. Infelizmente, esses 3 conselheiros se foram no exercício de suas funções, enquanto conselheiros tutelares defendendo a garantia dos direitos das crianças e adolescentes e que isso não venha a ocorrer com mais colegas no exercício de suas funções. Em todo país, as sedes dos Conselhos Tutelares deverão estar fechadas em forma de luto, porém atendendo em regime de plantão em solidariedade a estes 3 companheiros que faleceram no exercício da função. Obrigado. – Vereador Nei H. Haveroth: O motivo que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

me traz ao Plenário é falar sobre estradas rurais. Não quero me anteceder, vereador Paulo Porto, as suas colocações que o senhor colocou na sessão anterior, mas dizer o que temos discutido em estradas rurais, principalmente dentro do Conder – Conselho de Desenvolvimento Rural, que esse vereador representa a Comissão de Agricultura e Meio Ambiente e que nestes 2 últimos anos, temos debatido muito a questão das estradas rurais. E aproveitar e parabenizar a Secretaria da Agricultura e a diretoria do Conder que esteve a frente nestes 2 anos, de fazer aquele levantamento de todas as estradas rurais destacando os pontos críticos, que temos que tomar providências com esses pontos pra não comprometer a retirada de produtos, transporte escolar, enfim, todas as demandas. O Estado do Paraná tem um programa que se chama “Conservação de Solo”, juntamente com as adequações das estradas. Temos que admitir que se tivéssemos apenas as estradas adequadas com compactação, estaríamos com as estradas garantidas, principalmente com a manutenção com espaço maior de necessidade de manutenção. O problema é que temos algumas realidades pra tratar e precisamos do apoio dos vereadores e de todos os segmentos envolvidos, que é a questão da não observação da caixa que pertence à estrada, aos limites de divisa e que alguns agricultores por falta de conhecimento e noção, acabam plantando até as margens da estrada e derrubando todo terraceamento, comprometendo as estradas rurais. É preciso o município estabelecer diálogo com os agricultores, através dos subprefeitos, com os vereadores pra que apoiemos e falemos a mesma linguagem, a respeito do cuidado que devemos ter com as estradas rurais pra que isso não se torne tão oneroso pra o município o quanto é. Porque vivemos na dificuldade do cascalho, o município de Cascavel é grandioso e a cada 3, 4 meses, temos que estar colocando cascalho nas estradas rurais. Se não houver cuidado de todos, vamos ter que fazer com mais frequência essa reposição do cascalho. Bastaria à adequação das estradas e a compactação com rolo, com equipamento correto, uma boa compactação; que nós já teríamos solucionado mais de 50% das estradas rurais, mas temos que respeitar o destino das águas que correm pelas estradas e infelizmente, não é a realidade que vemos percorrendo os cantos do município nas estradas rurais. E reconhecer que é difícil e que ano passado teve aquele dilúvio, que parte do trabalho realizado foi embora e agora o município tem que retomar esse problema. E quando os nobres pares virem falar da “Política da porteira pra dentro”, esse vereador tem uma visão diferente da que o Estado e o município têm. Trata-se de quando o agricultor precisa ir até sua Casa, se a estrada pra chegar a sua residência passa por dentro da propriedade dele, ele tem que fazer a manutenção da estrada. Acredito que o direito de ir e vir, a estrada que é o direito do transporte é dever público, independente da contrapartida do município. Infelizmente, a Promotoria Pública não tem esse entendimento e cobra do município que precisa ter contrapartida do agricultor pra que ele chegue a sua casa. Temos asfalto no perímetro urbano na frente dos nossos lotes; por que o agricultor tem que pagar estrada pra chegar a sua casa onde ele produz e leva riqueza, o alimento pra nosso país? Porteira pra dentro é quando o agricultor precisa fazer a estrada que liga sua residência até o barracão, aviário, ou fazer uma terraplanagem, açude pra construir algo mais em sua propriedade. É



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

interesse particular do agricultor. Se eu quiser chegar a casa dele, eu preciso chegar lá, é direito de ir e vir e o poder público tem que ter esse entendimento. Porteira pra dentro é o que se faz além do acesso à sua propriedade, mas acredito que o município será uma voz que estará sempre à frente, pra garantir que as estradas rurais estejam conservadas e dando direito ao agricultor de se deslocar, levar os filhos na escola, retirar a produção e garantir o acesso aos que circulam na propriedade. Precisamos fazer esse trabalho de conscientização também, da parte dos agricultores na contribuição, no que é dever deles e não só a responsabilidade do poder público. Conto com a colaboração dos demais pares, pra que falemos a mesma língua, neste sentido. Obrigado. – Presidente: Antes de passar a palavra ao vereador Luiz Frare, quero dar conhecimento aos senhores vereadores do ato da presidência, que estarei baixando logo após essa sessão e que define que: as sessões ordinárias que seriam realizadas dia 16 e 17 de fevereiro de 2015 por conta do feriado ficam transferidas pra o dia 18 às 14:30 horas e dia 19 às 14:30 horas. Esse é o ato da presidência nº 07, Vossas Excelências já ficam intimadas das mudanças das datas, da semana que vem. Com a palavra vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Devido à frequência da plateia e dos vereadores, abro mão da palavra. – Presidente: Com a palavra Professor Paulino. – Vereador Professor Paulino: Não precisarei usar todo tempo, porque o tema que trago já foi longamente discorrido, nesta plenária. Só reforçando o que nossa Comissão de Educação está promovendo pra amanhã a audiência pública, onde aguardaremos aqui os professores, companheiros da categoria e convocação dos diretores das escolas do município, professores do estado, mas dentro do município de Cascavel; onde podem trazer as condições de cada escola, cada colégio traga um RX das escolas, onde estaremos fazendo um debate. Foram convidadas também, as autoridades do Núcleo Regional de Educação que representam o Estado. Não podemos deixar de pedir aos colegas vereadores que nos auxiliem e que possamos fazer amanhã, uma audiência pública. Certamente, essa Casa estará lotada, provavelmente não haverá espaço pra todos. Acho que está aí, começar a pensar um auditório maior pra momentos como este. Reforçando então, amanhã 9 horas, abertura da nossa audiência sobre educação. Abduco do restante do tempo, mas a gente usa amanhã, com certeza. – Vereador Fernando Winter: Seria importante a presença dos nobres vereadores amanhã, nesta audiência; já que é o momento certo da gente discutir a questão da educação. Estamos no município, mas dou meu testemunho, tenho um filho que é aluno do Estado, é uma preocupação minha também, discutir esse assunto. Obrigado. – Vereador Professor Paulino: Antecipamos nossos agradecimentos na audiência de amanhã. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Ia abrir mão da palavra, mas não é possível. Será importante o recado e as reflexões que quero deixar aos senhores. Pra iniciar quero ler uma matéria de uma revista desse fim de semana, que não é a Revista Veja, é outra. Vou ler só a manchete: *A empreiteira e o amigo de Lula. Documento do BC comprova que José Carlos Bumlai, contraiu empréstimo irregular de 12 milhões, junto ao banco da Construtora Shaolin e, em troca a empreiteira ganhou contratos com a Petrobrás. Parte do dinheiro teria sido usada pra*



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

comprar o silêncio de Roman Pinto Kamasso, que ameaçou envolver Lula, José Dirceu e Gilberto Carvalho no assassinato de Celso Daniel. Aqui foi crucificado o governador Beto Richa, mas muitos dos problemas que o governo está enfrentando, é graças ao governo federal. Os senhores lembram que, nós passamos os últimos 4 anos com 3 ministros paranaenses trabalhando contra o Paraná. Tivemos senadores do Paraná trabalhando contra o Paraná: a senadora Gleisi Hoffmann, o Roberto Requião e os ministros. O mais importante ministério que é a casa civil, lá estava a Gleisi Hoffmann trabalhando contra o Paraná. Gilbertinho de Londrina trabalhando contra o Paraná e o marido da Gleisi, também. Aquele que queria fazer a ferrovia que o Requião só queria pagar 150 milhões e o marido da Gleisi falou que só arrumava o dinheiro se custasse 550. Nós temos que trazer isso à discussão. Só liberou empréstimo ao Paraná quando o STF ameaçou de mandar prender a turma do Lula e Dilma. E porque isso nos preocupa? Porque José Dirceu era do Paraná, José Carço, não sei o nome dele, é paranaense, o Gilberto Carvalho também é do Paraná. Estavam lá, arrumando dinheiro pra comprar o silêncio. Vamos falar as dificuldades do governo, mas vamos falar o lado bom, também. Será que esquecemos que o governador Beto Richa e o Flávio Arns deram 26% de aumento real pra educação? Esquecem que a hora atividade, o Requião deu 10% e o governo Beto Richa deu mais 23%? Será que esquecem que foi implantada a hora-aula de 50 minutos, só aqui são 41% de aumento. 41% sobre 60.000 funcionários. O governo tinha que contratar mais 24.000 professores e daí senhores vereadores, a Dilma não conhece a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque estourou o orçamento e comprou os deputados pra acertar o balanço no fim de ano. O Beto Richa tem que adequar o orçamento do Estado. São 41% a mais de professores que ele teve que contratar. A Vizivale, 3.5000 trabalhadores que estavam 8 anos, o governo anterior enrolou e o governo Beto Richa, resolveu. Falei na Comissão de Educação, falei ao professor Paulino que sou um defensor da educação, mas temos que entender que o governador é governador de todo os paranaenses, de todos os segmentos, por isso votei no direito de greve que está garantido na Constituição; mas temos que discutir e deixo pra reflexão dos senhores: Quem vai pagar a conta? – Vereador Luiz Frare: Quero colaborar e me reportar com o que o vereador Romulo Quintino colocou aqui, sobre a conduta do secretário de fazenda do Estado do Paraná. Se formos retroagir, promessas de campanha dos que estavam e dos que chegaram lá, fizeram absurdas promessas de campanha; dentre elas, acusava-se que se eleito o Aécio Neves ia levar um banqueiro pra ser ministro da fazenda. Quem a Dilma levou? O banqueiro do Bradesco que está fazendo muito pior que o secretário de fazenda do Paraná fez. E que, aliás, o seguinte: os professores que estão em greve não estão tocando na palavra salário, porque foi 60% de aumento nos últimos 4 anos. Isso ninguém fala. E vou dizer o seguinte: irresponsável não é governo que está tomando medidas agora, irresponsáveis são os governos que dão aquilo que não é possível cumprir; aqueles que editaram a Carta Magna de 88, onde aparece 74 vezes a palavra direito e 4 vezes a palavra: obrigação, 2 vezes a palavra: produtividade, e 1 vez a palavra: competitividade; esses são os irresponsáveis que plantam pra o futuro colher. O Bocasanta não está aqui, mas queria dizer que se todos os governantes tivessem feito



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

a parte deles com o IPMC, não seria necessário comprometer 16% do orçamento daqui a 32 anos, que é o prazo que tem que zerar a conta do IPMC. Obrigado. – Vereador Pedro Martendal: Temos que ser responsáveis. Os professores têm direito de greve, reconhecemos. A audiência pública, ótimo, vamos discutir. Vamos discutir amanhã, 500 mil estudantes tiraram nota zero na redação; então vamos discutir também, a qualidade. Temos que discutir direito, temos; mas temos que discutir também, deveres. Nós pagamos a conta, será que a qualidade está acompanhando? Só pra memorizar um pouco, o governo do Rio grande do Sul está devendo 500 milhões, o governador que assumiu agora, que não é do PT, mas pegou do governo do PT declarou 6 meses de moratória, 4 anos de governo PT e durante 6 meses não vai pagar nada. O governo de Brasília que também é do PT, o transporte fazia 90 dias que ele não pagava. E no fim de ano a Roseana Sarney, amiga do Lula e da Dilma, renunciou 15 dias antes e fugiu do Brasil com medo de ser presa, segundo a imprensa. E o ex-governador de Brasília também, foi pra o exterior de medo de ser preso. Temos que discutir outros governos, também. Obrigado. – Presidente: Não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO
Presidente

ROMULO QUINTINO
1º Secretário